
***REAG Distribuidora
de Títulos e Valores
Mobiliários S.A.***

***Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2021
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
REAG Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



REAG Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6



REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A
(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Demonstrações financeiras do semestre findo em
30 de junho de 2021

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(CNPJ: 34.829.992/0001-86)
Balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas Explicativas	30/06/2021	31/12/2020		Notas Explicativas	30/06/2021	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Disponibilidade	4	105	63	Obrigações Tributárias	9	67	351
Títulos e valores mobiliários	5	860	805	Obrigações Trabalhistas	10	391	-
Rendas a receber	6	14	1.363	Credores Diversos	11	510	1.420
Outros créditos	7	828	204				
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		1.807	2.435	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		968	1.771
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	8	485	372	Cotas no País	12	800	800
TOTAL NÃO ATIVO CIRCULANTE		485	372	Reserva de lucro		524	236
TOTAL DO ATIVO		2.292	2.807	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.324	1.036
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.292	2.807

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**(CNPJ: 34.829.992/0001-86)****Demonstração do resultado para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
	Explicativas		
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	13	14	11
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		14	11
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Receitas de prestação de serviços	14	5.693	1.670
Despesa de pessoal	15	(964)	(11)
Despesas administrativas	15	(3.671)	(1.434)
Despesas tributárias	15	(458)	(114)
RESULTADO OPERACIONAL		614	122
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		614	122
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(275)	(49)
LUCRO LÍQUIDO		339	73
Juros sobre capital próprio		51	-
Quantidade de ações		800.000	800.000
Lucro líquido por ação		0,4238	0,0913

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Demonstração do resultado abrangente para os semestres findo em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
LUCRO LÍQUIDO	339	73
Outros componentes do resultado abrangente suscetíveis a reclassificação	-	-
RESULTADO ABRANGENTES DO PERÍODO	<u>339</u>	<u>73</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2020		800	-	-	(4)	796
Lucro líquido do período		-	-	-	73	73
Reserva de lucros		-	4	65	(69)	-
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2020		800	4	65	-	869
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2021		800	12	224	-	1.036
Lucro líquido do período		-	-	-	339	339
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	12	-	-	(51)	-	(51)
Reserva de lucros		-	17	322	(339)	-
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2021		800	29	495	-	1.324

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Demonstração dos fluxos de caixa para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Lucro líquido do período	339	73
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação	44	33
	<u>383</u>	<u>106</u>
Varição nas contas de ativos e passivos:		
Títulos e valores mobiliários	(55)	642
Outros créditos	(624)	(554)
Despesas antecipadas	-	(3)
Rendas a receber	1.349	-
Obrigações Tributárias	(284)	111
Obrigações Trabalhistas	391	-
Credores Diversos	(910)	222
	<u>250</u>	<u>524</u>
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(156)	(427)
	<u>(156)</u>	<u>(427)</u>
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Juros sobre o capital próprio pagos	(51)	-
	<u>(51)</u>	<u>-</u>
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>42</u>	<u>97</u>
Demonstração do saldo de caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	63	-
No final do período	105	97
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>42</u>	<u>97</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os semestres findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora”) é uma sociedade por ações regida pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores (“Lei das S.A.”). A Distribuidora foi constituída em 05 de junho de 2019 e seu registro perante a JUCESP ocorreu em 11 de setembro de 2019.

A Distribuidora tem sua sede na cidade e Estado de São Paulo, e tem por objeto social:

- (i) Subscrever isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;
- (ii) Intermediar a oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;
- (iii) Comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência;
- (iv) Encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários;
- (v) Incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e de pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;
- (vi) Exercer funções de agentes fiduciário;
- (vii) Instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimentos;
- (viii) Constituir sociedade de investimento – capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;
- (ix) Realizar operação no mercado de câmbio, conforme legislação em vigor;
- (x) Realizar operações de conta margem, conforme regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil;
- (xi) Realizar operações compromissadas;
- (xii) Praticar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil;
- (xiii) Operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixa pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários e suas respectivas áreas de competências;
- (xiv) Prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; e
- (xv) Exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Principais autorizações:

Em 9 de janeiro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Distribuidora. recebeu autorização junto ao Banco Central do Brasil para operação como instituição financeira.

Em 19 de março de 2020, conforme Ofício CVM nº 243/2020, a Distribuidora recebeu autorização junto a CVM o registro como representante de investidores não residentes, na forma prevista na Resolução CMN nº 4.373, de 29/9/2014.

Em 13 de abril de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Distribuidora recebeu autorização junto a CVM o registro para exercer a atividade de Escriturador de Valores Mobiliários, nos termos do art. 34, §2º, da Lei 6.404 e da Instrução CVM nº 543, de 20 de dezembro de 2013, conforme Ato Declaratório nº 17.808.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os semestres findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2 de setembro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Distribuidora recebeu autorização junto a CVM para prestação de serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários previsto na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, conforme Ato Declaratório nº 18.073.

Em 17 de setembro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Distribuidora recebeu autorização junto a CVM para prestação de serviço de Custódia de Valores Mobiliários, nos termos do Artigo 24 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Instrução CVM nº 452, de 20 de dezembro de 2013, conforme Ato Declaratório nº 18.093.

Em 12 de abril de 2021, conforme ofício nº 103/2021/CVM/SMI/GME, a Distribuidora recebeu autorização a prestar os serviços de custódia física de valores mobiliários não escriturais nos termos da Instrução CVM nº 542/2013.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL – Limites operacionais (Acordo de Basiléia)

O BACEN, através das Resoluções nº 4.192/2013 e 4.278/2013, instituiu a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) para cálculo do Índice de Capital.

Adicionalmente através da Resolução nº 4.193/2013, instituiu apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR) para os ativos ponderados pelo risco (RWA).

Os ativos ponderados pelo risco (RWA) correspondem à soma das seguintes parcelas:

I - RWA_{cpad}, relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;

II - RWA_{mpad}, relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;

III - RWA_{opad}, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

O índice de capital apurado para 30 de junho de 2021 nos termos das referidas Resoluções é de 5,04% (Em 31 de dezembro de 2020 o índice de capital apurado foi de 27,6%).

A insuficiência em 30 de junho de 2021 deveu-se a incompatibilidade do Capital Social com a exigência de margem calculada pelo DLO. O reenquadramento será regularizado em até 60 dias úteis, em razão da reestruturação das exposições.

O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os semestres findo em 30 de junho de 2021**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	06/2021
Patrimônio de Referência (PR)	1.324
Risco de crédito (RWAcpad)	1.779
Risco de mercado (RWAmpad)	20.826
Risco operacional (RWAopad)	3.680
Somatório dos ativos ponderados por Risco	26.285
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR)	2.103
Margem de capital	(778)
Índice de Basileia	5,04%

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras semestrais**2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras semestrais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração de demonstrações financeiras semestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela REAG DTVM, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, Res. 3.566/08 - redução do valor recuperável de ativos (CPC 01), Res. 3.604/08 - demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 (R2)), Res. 3.750/09 - divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 (R1)), Res. 3.823/09 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25), Res. 3.973/11 - eventos subsequentes (CPC 24), Res. 3.989/11 - pagamento baseados em ações (CPC 10 (R1)), Res. 4.007/11 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23), Res. 4.144/12 - estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro (Pronunciamento conceitual básico), exceto nas matérias não conflitantes com os dispositivos do BACEN Res. 4.424/15 - registro contábil e evidenciação de benefícios a empregados (CPC 33 (R1)), Res. 4.524/16 - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 (R2)), Res. 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04 (R1)), Res. 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27) Res. 4.748/19 Mensuração do Valor Justo (CPC 46), e Res. 3.050/19 Resultado por Ação (CPC 41). As presentes demonstrações financeiras semestrais foram aprovadas pela Administração em 27 de agosto de 2021.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A Distribuidora não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional". Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras semestrais.

A Distribuidora aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante todo o período apresentado nestas demonstrações financeiras semestrais.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM
- b) Avaliação do valor recuperável de ativos (“*Impairment*”);
- c) Apuração do resultado
- d) Disponibilidades
- e) Tributos
- f) Imobilizado
- g) Provisões

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários (nota explicativas nº 5) adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da REAG DTVM, na categoria abaixo:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados pro rata die, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como

lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Distribuidora avalia na data de cada balanço, ou quando necessário, se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo (um “evento de perda”), e que aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 30 de junho de 2021 a Distribuidora não identificou eventos que indicassem a redução de valor recuperável sobre seus ativos financeiros.

c) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

d) Disponibilidades

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas – posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (nota explicativa nº 4)

e) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	20%
PIS	0,65%
COFINS	4%
ISSQN	Até 5%

f) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Distribuidora.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Distribuidora obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Distribuidora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3. Gestão de riscos

A Administração da Distribuidora adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As aplicações financeiras são mantidas com o objetivo de minimizar o risco de crédito dos ativos da Distribuidora, bem como proporcionar o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotados pela Distribuidora.

a) Processo de Gestão de Riscos

A Distribuidora possui processo para gestão dos riscos em que está sujeita por força do segmento de negócio em que atua, sendo acompanhados os seguintes riscos:

- i) Risco Operacional;
- ii) Risco de Estratégia;
- iii) Risco de Reputação;
- iv) Segurança da Informação;
- v) Risco de Liquidez;
- vi) Risco de Mercado;
- vii) Risco de Crédito.

O processo de gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros que compõem a carteira própria é realizado a partir de análise em condições de normalidade e estresse, incluindo acompanhamento de descasamento entre ativo e passivo em relação à exposição em diferentes indexadores e avaliação de impacto no lucro da Distribuidora decorrente de resultado financeiro inferior ao custo de oportunidade.

A exposição aos riscos de mercado e liquidez é gerenciada considerando-se limites, procedimentos e metodologias aprovados no Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI), composto por diretores da Distribuidora.

É utilizado, quando aplicável, a metodologia de *Value-at-Risk* (VaR) para o gerenciamento do risco de mercado da carteira própria, mediante a estimação da perda potencial máxima esperada em determinado horizonte temporal com intervalo de confiança estabelecido.

Nível mínimo de ativos líquidos de alta qualidade, com alto grau de conversão em espécie, é mantido para a cobertura da exposição ao risco de liquidez, além de um Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar, controlar e reportar estado de estresse.

Na Distribuidora o gerenciamento de riscos da carteira própria é realizado de forma segregada das atividades de negócios e de auditoria interna. Riscos de estratégia e de reputação são geridos utilizando-se uma abordagem por indicadores que refletem o nível de risco incorrido pela Distribuidora em cada uma de suas dimensões, estando alinhado com as políticas internas da Distribuidora. São definidos limites para tais indicadores de controle, os quais são monitorados de forma a assegurar o gerenciamento proativo da tomada de decisão.

As políticas de gestão de riscos são analisadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração da Distribuidora.

4. Disponibilidade

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Disponibilidade		
Depósitos Bancários	105	63
	<u>105</u>	<u>63</u>

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os semestres findo em 30 de junho de 2021**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****5. Títulos e valores mobiliários**

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Títulos e valores mobiliários		
Cotas de fundos de investimentos (*)	860	805
	<u>860</u>	<u>805</u>

(*) As cotas de fundos de investimentos exclusivos em multimercado em 30 de junho de 2021 possuem liquidez imediata e foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês e estão apresentadas a seguir:

Nome do fundo	Administrador	Quantidade de cotas	Valor por cota em 30/06/2021	Valor Total
REAG Cash Fundo de Investimento Multimercado	REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	857.903	1,002	860
			<u>Total</u>	<u>860</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2020 as cotas de fundos de investimentos em multimercado possuem liquidez imediata e foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês e estão apresentadas a seguir:

Nome do fundo	Administrador	Quantidade de cotas	Valor por cota em 31/12/2020	Valor Total
REAG Alpha Fundo de Investimento Multimercado	REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	484.744	1,034	501
REAG Absoluto Fundo de Investimento Multimercado	REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	91.401	2,287	209
REAG Master Fundo de Investimentos Multimercado	REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	89.496	1,055	94
			<u>Total</u>	<u>805</u>

6. Rendas a receber

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Rendas a receber		
Serviços prestados a receber (*)	14	1.363
	<u>14</u>	<u>1.363</u>

(*) Refere-se a valores a receber de clientes diversos.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os semestres findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Outros créditos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Outros créditos		
Despesas antecipadas de clientes (*)	828	204
	<u>828</u>	<u>204</u>

(*) Refere-se a despesas pagas de forma antecipadas para fundos de investimentos sob nossa administração, tais como taxas CVM, auditoria de transferência, Taxa ANBIMA, entre outras.

8. Imobilizado

Segue a movimentação do ativo imobilizado

Custo do imobilizado	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Saldo em 30/06/2021
Instalações	55	10	-	65
Movéis	285	-	-	285
Equipamentos	105	146	-	251
	<u>445</u>	<u>156</u>	<u>-</u>	<u>601</u>
Depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Saldo em 30/06/2021
Instalações	(8)	(5)	-	(13)
Movéis	(41)	(23)	-	(64)
Equipamentos	(24)	(16)	-	(40)
	<u>(73)</u>	<u>(44)</u>	<u>-</u>	<u>(117)</u>
Total Líquido	<u>372</u>	<u>112</u>	<u>-</u>	<u>485</u>

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os semestres findo em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo do imobilizado	Saldo em 31/12/2019	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2020
Instalações	-	55	-	55
Movéis	-	285	-	285
Equipamentos	-	105	-	105
	-	445	-	445
Depreciação	Saldo em 31/12/2019	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2020
Instalações	-	(8)	-	(8)
Movéis	-	(41)	-	(41)
Equipamentos	-	(24)	-	(24)
	-	(73)	-	(73)
Total Líquido	-	372	-	372

9. Obrigações tributárias

	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para IRPJ e CSLL	-	88
ISS	14	84
COFINS	39	155
PIS	5	24
Outros	9	-
	67	351

10. Obrigações trabalhistas

	30/06/2021	31/12/2020
Salários a pagar	107	-
Férias	101	-
13º Salário	46	-
INSS a pagar	40	-
IRRF a pagar	18	-
INSS a pagar	48	-
FGTS a pagar	23	-
Outros	8	-
	391	-

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os semestres findo em 30 de junho de 2021**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

11. Credores Diversos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Credores Diversos		
Fornecedores (*)	<u>510</u>	<u>1.420</u>
	<u>510</u>	<u>1.420</u>

(*) Substancialmente representado por fornecedores a pagar oriundos a atividade da Distribuidora.

12. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 30 de junho de 2021 o capital social da Distribuidora é de R\$800 (R\$ 800 em 31 de dezembro de 2020), divididos em 800.000 (oitocentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.

b) Resultado do semestre

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 a Distribuidora apurou o lucro líquido de R\$ 339 (R\$ 73 em 30 de junho de 2020).

c) Reserva legal

A Reserva Legal é constituída a partir do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O valor em 30 de junho de 2021 é de R\$ 29.

d) Distribuição de resultado

Durante o exercício de 2021, foram distribuídos R\$ 51 bruto a título de Juros Sobre Capital Próprio.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os semestres findo em 30 de junho de 2021**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****13. Receitas da intermediação financeira**

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receitas da intermediação financeira		
Valorização de cotas de fundos de investimentos	14	11
	<u>14</u>	<u>11</u>

(*) Valor refere-se à valorização da carteira das cotas de fundos de investimentos.

14. Outras receitas operacionais

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receitas de prestação de serviço		
Receita de administração de carteira de clientes (*)	5.371	1.622
Receita de assessoria financeira	210	48
Receita de custódia	70	-
Outros serviços	42	-
	<u>5.693</u>	<u>1.670</u>

(*) Refere-se ao gerenciamento da carteira de investimentos em operações financeiras diversas.

15. Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Despesa com pessoal		
Benefícios e treinamentos	(257)	(9)
Encargos sociais	(170)	-
Proventos	(501)	-
Outras despesas	(36)	(2)
	<u>(964)</u>	<u>(11)</u>
Despesa administrativa		
Aluguel e condomínio	(943)	(588)
Despesa de água e energia	(80)	(66)
Despesa de manutenção	(459)	(74)
Despesa com licença de uso	(747)	(258)
Despesa desenvolvimento	(157)	(40)
Serviços de terceiros (*)	(1.013)	(300)
Depreciação	(46)	(33)
Seguro	(25)	(16)
Outras despesas	(201)	(59)
	<u>(3.671)</u>	<u>(1.434)</u>
Outras despesas operacionais		
Despesas tributárias (**)		
ISS sobre faturamento	(124)	(35)
COFINS sobre faturamento	(228)	(68)
PIS sobre faturamento	(37)	(11)
IPTU e outros	(69)	-
	<u>(458)</u>	<u>(114)</u>

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os semestres findo em 30 de junho de 2021**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(*) Refere-se a serviços de auditoria externa, serviços de contabilidade, serviços jurídicos, entre outros.

(**) Refere-se a tributos sobre o faturamento de receitas de prestação de serviço e tributos referente a operação tais como IPTU.

16. Imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Lucro real antes da compensação	633	131
Devido IRPJ - (15%)	(95)	(20)
Adicional - (10%)	(53)	(3)
Total de IRPJ	<u>(148)</u>	<u>(23)</u>
Lucro real antes da compensação	633	131
Devido IRPJ - (20%) (*)	(127)	(26)
Total de CSLL	<u>(127)</u>	<u>(26)</u>
Total de IRPJ e CSLL	<u>(275)</u>	<u>(49)</u>

(*) Conforme Emenda Constitucional 103/2019, que alterou o sistema e previdência social (“reforma da previdência”), publicada no Diário Oficial da União em 13 de novembro de 2019, eleva a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras ou equiparadas para 20% a partir de 01 de março de 2020.

17. Contingências

A Distribuidora não é parte envolvida em nenhum processo judicial e/ou administrativo na esfera cível, trabalhista ou tributária, conseqüentemente, não foi registrada provisão para cobrir eventuais riscos.

18. Remuneração do pessoal-chave

Os Administradores da Distribuidora não receberam remuneração fixa ou variável nos exercícios de 2020 e para o semestre findo em 30 de junho de 2021.

19. Partes Relacionadas

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021 não houve transações entre partes relacionadas.

20. Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes ao semestre findo 30 de junho de 2021 que requeressem divulgações nas demonstrações financeiras. Destacamos que a Distribuidora não operou com derivativos no semestre findo em 30 de junho de 2021.
